

A revolução capitalista

JOSÉ NEUMANNE

Diz o presidente Fernando Collor de Mello que, se eleito, fará o possível para implantar o verdadeiro capitalismo no Brasil. Um regime capitalista, garante o candidato do PRN, pressupõe riscos e, tal como funciona a economia nacional, risco é palavra que não consta do vocabulário das elites dirigentes. No Nordeste, a retrógrada estrutura legal fundiária, associada ao coronelismo político, autoriza a classificação de um regime econômico semifeudal. No Sudeste, uma avançada economia de mercado, bem-sucedida e progressista, no sentido lato da palavra, disputa espaço com os cartórios dos privilegiados cortesãos dos governos de plantão.

Na verdade, esta não foi a expressão usada pelo cauteloso Collor, mas o Brasil precisa mesmo é de uma revolução capitalista, que bem poderia ser iniciada neste ano de 1989, pois nele se comemora o segundo centenário da primeira grande manifestação política burguesa, a Revolução Francesa. A revolução capitalista começaria pelo desmonte da pesada e ineficiente máquina estatal, o maior e mais nocivo de todos os entulhos autoritários herdados do regime tecnocrático-militar, inaugurado em abril de 1964 e tornado ainda mais radical pela ditadura instalada em 1968. A máquina, simultaneamente nutrida por e nutriz de um retrógrado sistema político oligárquico, de caráter patrimonial-



lista e prebendista, é o músculo que bombeia recursos para os vasos esclerosados de uma economia cartorial, et pour cause, ineficaz.

Desmontar a máquina estatal inchada e ineficiente não seria tarefa fácil, é claro. Sua condição sine qua non seria a demissão em massa de funcionários ociosos e a extinção dos odiosos privilégios que distinguem os membros da casta exclusivista e abusada dos burocratas de sucesso. Evidentemente, esta não seria uma providência fácil de ser adotada e exigiria de quem a tomasse autoridade, legitimidade e decisão política inabalável. Aqui, quem não é funcionário público gostaria de vê-lo e, por conta disso, por mais maltratada que seja no guichê, a população brasileira tem em relação ao serviço (?) público uma veneração semelhante à dos hindus pelas vacas sagradas.

A economia de mercado pressupõe o critério da produtividade

que um país pobre como este seja obrigado a desperdiçar US\$ 500 milhões por ano para manter em funcionamento a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), espécie de totem da estupidez xenófoba. Um plano racional de privatização não pode ser excluído do programa de quem queira promover a revolução capitalista de que o Brasil precisa, se é verdade — como disse Collor em sua entrevista ao Estado, domingo — que realmente a sociedade brasileira já fez sua opção pelo regime capitalista, e não pelo socialista. Outro objetivo de tal revolução seria obrigar o Estado a cumprir sua obrigação

precípua de prover a sociedade dos equipamentos indispensáveis de educação, saúde e segurança pública, deixando a iniciativa de empreender na atividade econômica rotineira para a capacidade privada, característica de qualquer economia de mercado digna dessa denominação.

A revolução capitalista também não poderia deixar a estrutura legal fundiária do Brasil como está. A economia de mercado pressupõe o critério justo e impessoal da produtividade e tal critério não pode conviver com o latifúndio improdutivo nem com a especulação imobiliária malsã. Uma distribuição justa da terra para quem nela possa produzir melhor e a punição do especulador, atingindo seu próprio bolso, são providências sem as quais a revolução capitalista não mereceria uma denominação tão ampla e, até mesmo, espetacular.

Da mesma forma, a revolução capitalista deve ser impiedosa em relação às reservas de mercado, aos cartórios e aos monopólios e privilégios em geral. Pragmática em relação ao Exterior, aberta às conquistas tecnológicas e à nova mentalidade comercial integracionista do mundo desenvolvido, a revolução capitalista precisa estimular a concorrência e a competição, aceitando instituições com as quais um capitalismo moderno, up to date, não pode deixar de conviver. Por exemplo: a revolução capitalista não produzirá efeitos sem o funcionamento livre e plural dos sindicatos operários e patronais e sem o fortalecimento de instrumentos de defesa da sociedade civil, entre os quais os mais importantes devem ser os partidos políticos.

José Neumann é editor e editorialista do Estado.